

Territórios e territorialidades da mulher negra estudante da EJA em Planaltina de Goiás

Anívea Araujo Costa¹
Planaltina de Goiás-GO

Francilane Eulália de Souza²
Planaltina de Goiás-GO

Resumo: O principal objetivo desse artigo é apresentar o território ocupado pela mulher negra, estudante da EJA da Escola Municipal Darcy Ribeiro apontando como o gênero feminino foi se territorializando enquanto mulher. Nesse processo, levantamos alguns questionamentos como: quais os motivos que levam a mulher a abandonar a escola; que nível de escolaridade possui os familiares do seu núcleo familiar; como essa mulher se declara quanto a sua cor e raça? Ancorando na pesquisa qualitativa e utilizando as categorias território e gênero, estruturamos a pesquisa em etapas: definição dos sujeitos da pesquisa; revisão bibliográfica; pesquisa de campo com entrevistas; análise dos dados coletados na busca de saber que território a estudante da EJA ocupa e identificar como o gênero feminino foi socialmente construído enquanto mulher. Diante das discussões chegamos à consideração de que a mulher negra estudante da EJA ocupa o território de classe social baixa, marcado por disputas por direitos. Ainda percebemos que foi construído em torno dessa mulher a ideologia de que ela deve ser “ajudadora” das tarefas de casa, dos irmãos, do esposo, e que esses fatores contribuem fortemente para que a mulher negra protelasse seus estudos.

Palavras-chave: Território. Poder. Gênero.

Territories and territorialities of the black female student of EJA in Planaltina de Goiás

Abstract: The main objective of this article is to present the territory occupied by black women, EJA students at Municipal Darcy Ribeiro School, pointing out how the female gender was territorialized as a woman. In this process, we raise some questions such as: what are the reasons that lead women to drop out of school; what level of education do the relatives of your household have; How does this woman declare herself about her color and race? Anchoring in qualitative research and using the categories territory and gender, we structured the research in stages: definition of research subjects; literature review; field research with interviews; analysis of data collected in the search to find out what territory the EJA student occupies and to identify how the female gender was socially constructed as a woman. In view of the discussions, we came to the conclusion that the black woman studying EJA occupies the territory of the lower social class, marked by disputes for rights. We also realize that the ideology was built around a woman that she should be a “helper” with housework, siblings, husband, and that these factors strongly contribute to black women postponing their studies.

Keywords: Territory. Power. Gender.

1 E-mail: aniveaa@gmail.com

2 E-mail: francilanee@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os debates sobre gênero vêm sendo ampliados em função, principalmente, das desigualdades territoriais imputados às mulheres e, nesse processo, a **intersecção entre gênero, classe e raça vem tomando o debate. Nesse contexto, Scott (1990) nos esclarece que o termo “gênero” além de um substituto** para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres, é necessariamente, informação sobre os homens, que um implica no outro. Priore (2002) aponta que a história das mulheres não é, só delas e sim a história de toda nação brasileira, corroborando com o pensamento de Xavier (2019) e Michele Perrot (2006) ao pontuar que através das histórias das mulheres se conhece a história de uma sociedade. Ainda, as pesquisadoras Gonzalez (2020) e Tiburi (2018) refletem sobre a abordagem de desconstrução de uma mulher sob o ponto de vista patriarcal e a construção da mulher sob o ponto de vista dela e não do ponto de vista do outro. Enfim, podemos perceber que os estudos ligados à mulher tomaram a centralidade do discurso de gênero, raça e classe.

Falar da construção da mulher implica falar do feminismo, embora não seja pauta para esse estudo, o feminismo parece ser a dialética entre mulher e emancipação. As categorias discutidas pelos autores supracitados provocam inquietações que levantam diversos questionamentos, dentre eles: **que espaço ocupa a mulher negra estudante** da Educação de Jovens e Adultos – EJA? Quais as perspectivas essa mulher tem para continuar estudando? Que motivos levam a mulher a abandonar a escola?

Assim, nesse artigo apresentamos o território ocupado pela mulher negra estudante da EJA da Escola Municipal Darcy Ribeiro situada em Planaltina de Goiás, identificamos como o gênero feminino estudante da EJA foi se construindo socialmente enquanto mulher, por meio de reflexões das categorias de território e gênero, dialogando com autores como Marcelo José Lopes de Souza, Rogério Haesbaert, Joan Scott, Mary Del Priore, Giovana Xavier, Michelle Perrot, Lélia Gonzalez e Márcia Tiburi, afim de interseccionar os discursos desses autores acerca do objeto de estudo dessa pesquisa. A motivação para elaboração desse estudo surgiu a partir da execução de um trabalho final para um curso de pós-graduação.

Para execução da pesquisa, além das leituras, foram realizadas entrevistas individuais, com perguntas abertas, previamente elaboradas, em um roteiro de entrevista. As entrevistas foram realizadas com 40 (quarenta) mulheres estudantes da EJA; da Escola Municipal Darcy Ribeiro em Planaltina Goiás. As análises bibliográficas e dos resultados da pesquisa de campo com foco nas entrevistas, deram origem a discussão e análises apresentadas nesse artigo.

A próxima seção traz um breve percurso teórico a partir das categorias território e gênero envolvendo a mulher negra.

2. CAMINHO TRILHADO PARA A EXECUÇÃO DA PESQUISA

Para a execução da pesquisa que apresentamos nesse artigo utilizamos o método qualitativo com foco na pesquisa bibliográfica e na pesquisa de campo realizada com as estudantes de EJA do Ensino Fundamental, na Escola Municipal Darcy Ribeiro situada em Planaltina de Goiás.

Nesse processo, foram utilizadas entrevistas para coleta de dados, esse método para Gil (2008, p. 111) é “[...] seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais”. O delineamento estruturado para a pesquisa aconteceu em etapas que constituiu em: revisão bibliográfica; definição dos sujeitos da pesquisa e entrar em contato solicitando autorização desses sujeitos; elaborar roteiro de entrevista; realizar as entrevistas e, por fim, análise dos dados coletados na busca de saber que território a estudante da EJA ocupa e identificar como o gênero feminino foi socialmente construído enquanto mulher.

As entrevistas foram feitas de modo individual, com roteiro elaborado previamente, foi selecionado o total de quarenta mulheres, escolhidas aleatoriamente das séries 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 6^a, 7^a e 8^a do ensino fundamental na modalidade EJA. Em seguida os dados foram analisados e espacializados em gráficos.

Para dialogar com os dados coletados, foram selecionados estudos sobre território e gênero de autores como Marcelo José Lopes de Souza, Milton Santos, Joan Scott, Mary Del Priore, Michelle Perrot, Lélia Gonzales e Márcia Tiburi.

Ter consciência do espaço ocupado pela mulher negra da EJA e, como socialmente essa mulher vem sendo construída é importante para pensar em políticas públicas que ancore o processo de permanência dessa mulher na escola, a fim de que se diminua o abismo intelectual e social que ela está inserida. Abismo esse que existe, inclusive, dentro da própria categoria de gênero.

Diante desse pressuposto, essa pesquisa se torna relevante ao trazer maior clareza do território e gênero pertencente à mulher negra que frequenta a Educação de Jovens e Adultos.

3. TERRITÓRIO E GÊNERO PARA PENSAR A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Nessa seção apresentamos um breve histórico da mulher na sociedade brasileira, a partir de categorias território e gênero. Destacamos como o gênero feminino foi construído sobre as disputas de território. No entanto para pensar o território que a mulher da EJA ocupa, antes é preciso recorrer às reflexões sobre o conceito de território.

Na concepção de Marcelo José Lopes de Souza território é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2000, p. 78). O autor não considera que território pode também ser interpretado em escala micro e macro, assim ele pode estar em

escala local, ou nacional. Ademais, devemos considerar também as múltiplas dimensões que atravessam essa categoria como a social, econômica e a política. Souza traz contribuições ao advertir que, “território não precisa e nem deve ser reduzido à associação apenas com a figura do Estado” (SOUZA, 2000, p. 78).

Sem dúvida, Souza traz importante contribuição ao discurso sobre território, para o autor território não é algo estático, ou não só estático, ele é também dinâmico. De acordo com ele, “territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes” (SOUZA, 2000, p. 78). Importante ressaltar a interseccionalidade entre território e territorialidade, ou seja, a discussão de uma dessa categoria implica na discussão da outra.

É relevante também destacar que Marcelo José Lopes de Souza toma a perspectiva de poder nas discussões de território partindo dos estudos Hanna Harendit, que em seus apontamentos, doravante em livro titulado *Da violência*, aponta a importância de diferenciar poder de violência. Para Harendit a violência vem a baila quando se perde o poder, o poder emana do outro sem uso da violência. Por outro lado, esse poder emana de conflito, de divergências, de disputa constituindo assim um território, segundo Rogério Haesbaert, imaterial e simbólico:

O território, portanto é constituído no jogo entre material e imaterial, funcional e simbólico. Poderíamos mesmo afirmar que as concepções de território capazes de responder melhor pela realidade contemporânea devem superar os dualismos fundamentais tempo-espaço, fixação mobilidade, funcional e simbólica. Por isso promover o território a partir das; perspectivas que valoriza as relações e os processos; o território num sentido relacional e processual (...); múltiplas temporalidades e velocidades nas quais ele pode ser construído, desde os territórios com maior fixidez e estabilidade até aqueles mais móveis flexíveis. (HAESBAERT, 2007, p. 37).

Milton Santos (1987) também traz contribuições ao dizer que “território é o espaço de localização das pessoas e que essa localização das pessoas no território é, na maioria das vezes produto de uma combinação de forças de mercado e decisões do governo, desencarrilhando assim uma disputa de território ou de espaço”. (SANTOS, 1987, p. 112). E nesse aspecto entre território – espaço – localização das pessoas, visto em Santos (1987), Souza admite um certo tipo de interação entre homem e espaço, ou seja, uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço (SOUZA, 2000, p. 99). Diante disso ele destaca a territorialidade e as territorialidades que para ele são espaços de disputas.

A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é [...] relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um abstrato referencial. As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmicas, etc. (SOUZA, 2000, p. 99).

Em síntese, para os autores a definição de território é permeada por disputas de poder, num espaço mediado por territorialidade e multiterritorialidades em micro ou macro escalas e em múltiplas dimensões, assim as relações de poder podem ocorrer nos diversos espaços delimitados por poder (casa, escola, shopping, etc.).

Outra categoria que se faz necessária para as análises desse artigo é a categoria gênero, Joan Scott (1995), em suas análises, escreve que o termo “gênero” além de substituto para o termo mulher. é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informações sobre os homens e que um implica no outro. (SCOTT, 1995, p. 75). A autora, ainda, define gênero em duas partes e diversos subconjuntos inter-relacionados.

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivos das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p. 86).

Diante da afirmação da autora, de que o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder, constata-se que a sociedade vê a mulher dentro do território como um sujeito subalterno e submisso. Scott (1995, p. 78) relata que, contraditoriamente, “As teorias do patriarcado questiona a desigualdade entre os homens e as mulheres, mas para os/as historiadores/a, suas teorias apresentam problemas” de ordens.

Em primeiro lugar [...] as teorias do patriarcado não mostram o que a desigualdade de gênero tem a ver com outras desigualdades. Em segundo lugar uma análise contínua baseada na diferença física, quer a dominação tome a forma da apropriação do trabalho reprodutivo da mulher pelo homem quer tome a forma da objetificação sexual das mulheres pelos homens. (SCOTT, 1995, p. 78).

Nessa reflexão, a autora mostra que a discussão de gênero está imbricada às questões de território – territorialidades, espaço e poder. para a autora, as teorias problemáticas do patriarcado, como a falta de discussão sobre as desigualdades de gênero em relação a outras desigualdades e a análise baseada na diferença física “num certo sentido, a história torna-se um epifenômeno, fornecendo variações intermináveis para o mesmo tema imutável de uma desigualdade de gênero vista como fixa”. (SCOTT, 1995, p. 78).

Nesse contexto, o gênero feminino na sociedade, foi sendo socialmente construído por jogos de poder, constituindo territórios de submissão e esquecimento dos direitos das mulheres. Chama a atenção que ainda no século XXI, diante do crescente protagonismo feminino, ainda há um modelo pré-estabelecido do que é ser mulher: passiva, submissa e padronizada, marcando assim, um território de desigualdades entre homens e mulheres, entre quem manda e quem

obedece, com dualidades entre território público e privado. Para a mulher o território que lhe é imposto é o ambiente doméstico, para o homem é o privado, tais como os postos de trabalho nas empresas públicas e privadas.

Nessa conjuntura, a mulher brasileira não diferente das mulheres mundo a fora, durante muito tempo permaneceu em silêncio, foi obrigada a ser mera espectadora da construção de si mesma. Michelle Perrot (2019) diz que para a sociedade machista a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas, trazendo garantia de tranquilidade social. O que ela chamou de apagamento histórico das mulheres ao longo da história. Segundo ela, esse apagamento fez com que a mulher durante muitas décadas não construísse a narrativa de si própria. Ao contrário, a mulher foi narrada sob a perspectiva do gênero masculino, ou seja, “estereotipada” sob o ponto de vista do outro – do homem. Na visão da autora “As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas”, Michelle Perrot (2019, p. 17). Contraditoriamente, essas relações de poder não são fixas, podendo haver contradições entre as diversas territorialidades (SOUZA, 2000). Contradições que geram outras disputas de poder e múltiplos territórios.

Norma Telles (2000), relata o antagonismo na figura da mulher do século XVIII, que se difundiu para a mulher da época, duas “caras” por assim dizer, na Inglaterra e na América. Segundo Telles, se difundiu a mulher, quando maternal e delicada como força do bem, mas quando, “usurpadora” de atividades que lhe eram socialmente atribuídas, como potência do mal. A autora diz que por esse mesmo caminho, a criação foi definida como prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres apenas a reprodução da espécie e sua nutrição, mais uma vez a mulher é “colocada” no território doméstico. Notadamente um discurso que marca o território masculino do patriarcado revelado, por exemplo, quando em reflexão com a fala de Nísia Floresta (2010) ao se referir a criação dos filhos, “que direito pois, têm de nos desprezar, e pretender a superioridade sobre nós, por um exercício que eles partilham igualmente conosco?”.

Importante ressaltar que contraditoriamente, o movimento feminista trouxe à mulher ascensão na escrita e a difícil missão do reconhecimento do seu “eu” na literaturas escritas pelos homens, ao longo de séculos.

Tiveram primeiro que acender à palavra escrita, difícil numa época em que se valorizava a erudição, mas lhe era negada a educação superior, ou mesmo qualquer educação a não ser a das prendas domésticas; tiveram de ler o que sobre elas se escreveu, tanto nos romances quanto nos livros de moral, etiqueta ou catecismo. A seguir, de um modo ou de outro, tiveram de rever o que se dizia e rever a própria socialização. Tudo isso tornava difícil a formulação do eu, necessária e anterior à expressão ficcional. (TELLES, 2002, P. 403).

Nessa ascensão, o discurso sobre o território feminino formulado no início do século XVIII na França e Estados Unidos viriam, posteriormente influenciar as mulheres no Brasil,

embora que tímida e lentamente. No Brasil, pode-se destacar como um marco de reivindicação feminina a movimentação de 120 mulheres paraibanas ao assinar o manifesto em prol da independência do Brasil, embora que não se soube quem eram essas mulheres, nota-se uma movimentação importante em direção da liberdade da mulher nas questões políticas do país.

Quando Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo adotado por Dionísia de Faria Rocha, publica *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens* em 1832, expande-se um leque de discussões acerca dos direitos das mulheres brasileiras. A publicação dessa escritora foi inédita e desafiadora, pois nela, denunciava a superioridade opressora do homem sobre a mulher e defendia a mulher como pessoa inteligente e merecedora de direitos iguais aos homens. (TELLES, 2002, p. 405-406).

Após essa publicação, lentamente as conquistas das mulheres foram se avolumando e expandindo, dessa forma em 1879 as mulheres têm o direito ao acesso à educação superior; em 1910 o Partido Político Feminino é criado, como instrumento de defesa do direito ao voto e emancipação política das mulheres, porém, somente em 1932 as mulheres brasileiras conquistam o direito ao voto; em 1962 é criado o Estatuto da Mulher Casada, (NOSSA CAUSA, 2022).

Todas estas conquistas incorporam o movimento feminino brasileiro, contudo, nenhuma dessas conquistas foram fáceis, nem mesmo entre as próprias mulheres. Afinal, como disse Norma Telles (2002), a mulher precisou “rever a própria socialização. Tudo isso tornava difícil a formulação do eu”. Ou seja, a mulher precisou despir-se da roupagem que há séculos o homem havia lhe envelopado para, só então, personalizar-se no que realmente é – um ser inteligente, com decisões próprias, capaz de criar e contribuir com a riqueza da sociedade. Certamente, isso não era um processo simples e célere. Despir-se significava desconstruir valores. Além do mais, nem todas as mulheres tinham acesso às informações e instruções fundamentais para sua emancipação. Permeando esse processo, é importante ressaltar a interseccionalidade na constituição de gênero com classe e raça no Brasil.

As mudanças no Brasil, no tocante às mulheres, não atingiram a todas as classes sociais e raças (Louro, 2002). As que primeiro foram assistidas foram as mulheres de classe alta e de cor branca, o que representava a minoria. Enquanto que as mulheres pobres e negras levaram décadas para exercer o direito fundamental como o de estudar. Isso ajudou a criar o abismo social dentro do próprio gênero feminino. São mulheres no mesmo espaço, mas marcadas por territórios e territorialidades distintas, são relações de poder alicerçadas principalmente pela discriminação de classe e de cor, onde em um território a mulher tem o poder de ascender e no outro a mulher é subjugada. No século atual, as mulheres vêm ocupando a Educação de Jovens e Adultos como um território possível de construção de direitos à educação e melhores perspectivas de vida.

4. A MULHER NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, foi instituída legalmente no Brasil em 1996, com a aprovação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob o nº 9394/96, ela está postulada nas modalidades de Ensino Fundamental e Médio. No artigo nº 37, diz que a EJA é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria (BRASIL, 1996). No §1º lê-se que os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do estudante, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

A leitura desse artigo da LDB (1996), parece ser pertinente às especificidades do público que compõe a educação da EJA. Para o homem parece atender. No entanto, o mesmo não se pode afirmar para as mulheres, uma vez que o papel, patriarcalmente, atribuído a elas de cuidar dos filhos, gera necessidades diferentes – como cuidados aos filhos enquanto ela estuda, por exemplo. Somando-se a isso, o fato de que a essas mulheres normalmente são esposas, mães, pobres, trabalhadoras que cumprem dupla jornada. A ausência de políticas públicas tem sido, na grande maioria dos casos, um fator pelo qual muitas mulheres ficam fora da sala de aula. Falta, inclusive, programa social/saúde com ações de cunho psicossocial, uma vez que a mulher da EJA ainda está passando por transformações de despersonalização do “eu” criado pela sociedade, ainda hoje machista. A omissão em resolução de necessidades, onde a mulher fora envolvida, pode incorrer em abandono dessa mulher da sala de aula. Nesse sentido Paulo Freire em tom de denúncia diz que

Em face da omissão criminoso do Estado, as comunidades populares criam suas escolas, instalam-na com um mínimo de material necessário, contratam suas professoras quase sempre pouco cientificamente formadas e conseguem que o Estado lhe repasse algumas verbas. A situação se torna cômoda para o Estado. (FREIRE, 2003, p. 16).

Parece cômodo para o Estado, criar mecanismos educacionais de forma generalizada sem levar em consideração que a maternidade é necessária para toda a sociedade. Felizmente uma ideologia de responsabilidade compartilhada, sobre a criação dos filhos, vem ganhando espaço nas reflexões quando o assunto é família. Os autores Gorin, Mello, Machado e Fêres-Carneiro (2015) em seu artigo O estatuto contemporâneo da parentalidade, aborda discussões referente à parentalidade. Segundo os autores esse é um conceito novo utilizado na contemporaneidade, nos estudos relativos à família, para se referir ao campo dos cuidados parentais e às interações com os filhos. (GORIN, MELLO, MACHADO, FÊRES-CARNEIRO, 2005). É inegável que reflexões como essa não atinge todas as camadas sociais ao mesmo tempo, além do mais como dizem os autores, ao referir o conceito de parentalidade, as mudanças nos contextos sociais levam um tempo para ganhar e ampliar espaço. Durante as entrevistas que realizamos com as

estudantes da EJA, percebemos um distanciamento acerca das discussões familiares no sentido da divisão de responsabilidades, dos pais e das mães, na criação dos filhos. As dificuldades porque passam a mulher da EJA se tornam ainda maiores quando elas são mulheres da classe trabalhadora e negras.

Na próxima seção aprofundaremos nessas e outras problemáticas que foram objetivo da pesquisa aqui apresentada.

5. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DA MULHER NEGRA DA EJA ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL DARCY RIBEIRO EM PLANALTINA DE GOIÁS

Nessa seção analisaremos os dados coletados nas entrevistas com as mulheres da EJA buscando dialogar com outros estudos ligados às questões de gênero e território. Serão apresentadas as reflexões espacializadas em gráficos feitos a partir da pesquisa com 40 mulheres da EJA da Escola Municipal Darcy Ribeiro em Planaltina Goiás. O roteiro de entrevista contou com vinte e duas questões e estão ligadas a identificação da mulher, do território nos espaços familiares, espaço de trabalho e espaço escolar que ela ocupa. As vinte e duas questões foram agrupadas, de acordo com o tema das perguntas, de modo que ao final resultou-se numa aglutinação de quatro questões que deram origem aos gráficos apresentados. Por questão ética, durante essa discussão, mantemos o anonimato das entrevistadas, assim elas serão denominadas de forma numérica de Estudante 1, Estudante 2, Estudante 3 e assim sucessivamente. Levantamos algumas indagações que procuramos apresentar nessa seção.

Na entrevista, foi perguntado a cada estudante como ela autodeclara-se: se preta, parda ou branca. Das quarenta entrevistadas, dezenove se declararam de cor preta, doze de cor parda e nove de cor branca.

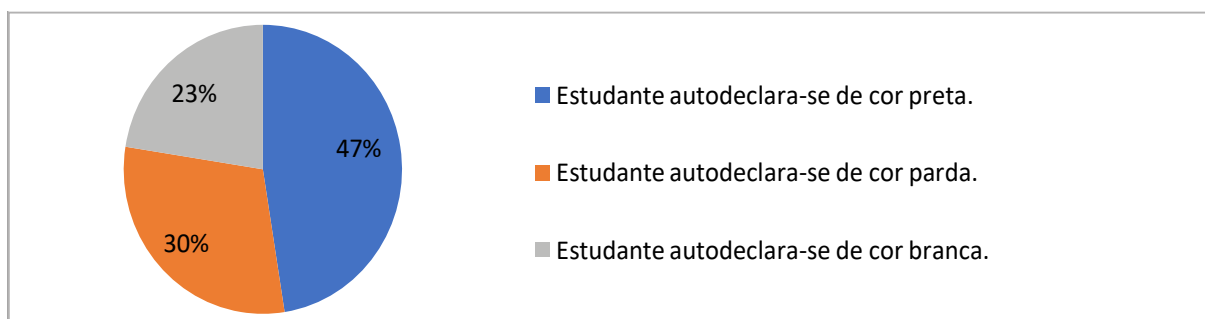


Figura 1 – Autodeclaração da cor da pele das mulheres da EJA da Escola Municipal Darcy Ribeiro.

Fonte: da própria autora - 2022.

Foi surpreendente constatar que, embora 47% das mulheres da EJA se identificavam como negras, esse número poderia ser ainda maior, isso porque mesmo muitas mulheres autodeclarando-se parda ou branca, era visível em muitas dessas mulheres traços característicos de raça,

que as colocariam na categoria de mulher negra. Talvez esse fenômeno seja um eco da sociedade patriarcal branca e racista na qual essa mulher pertence. Nas palavras de Márcia Tiburi (2018) ao se refletir sobre o patriarcado e meritocracia, ela diz sobre a vergonha do reconhecimento.

Se pudéssemos escolher, provavelmente preferiríamos os privilégios, mas nosso nascimento já nos condena a uma classe social, a uma raça e a outras marcações sociais que não nos permitem escolhas das quais só nos emancipamos com muita luta. Além disso, as pessoas têm vergonha de estar no lugar de oprimidas. Vergonha de serem mulheres, de serem negras, de serem pobres. (TIBURI, 2018, p. 60).

Como já discutido nesse artigo por Telles (2002), a literatura, a escrita, e consequentemente a escola não foram territórios pensados para a mulher.

Nas entrevistas, ao serem questionadas do por quê pararam de estudar, as estudantes apontaram uma lista de motivos (representados mais adiante no gráfico 2). De fato, diversos fatores levam a mulher ficar fora da escola, mesmo superando a ideologia de séculos atrás, no qual preconizava que a escola não é território para as mulheres. Nesse contexto, cabe um direito negado às mulheres que é garantir condições da sua permanência na escola. Lélia Gonzales (2020) assertivamente nos adverte que a mulher negra através de movimento feminista tem conquistado um território que é seu, como o direito de estudar, porém ainda há obstáculos a serem superados. Nesse sentido a autora diz que.

(...) o movimento feminista tem suas raízes históricas mergulhadas na classe média branca, o que significa muito maiores possibilidades de acesso e sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígios etc. E isso sem deixar de considerar as dificuldades enfrentadas pelo movimento de mulheres, dados os diferentes níveis de oposição e resistência que visam, no mínimo, neutralizá-lo. No entanto, o mulherio tem ido à luta e conquistado espaços que, hoje, são definitivamente seus. (GONZALEZ, 2020, p. 192).

Importante dizer que os movimentos feministas se tornaram meios pelos quais as mulheres puderam se libertar do território de dominação do homem, mesmo em processo lento, porém progressivo. Nesse processo ela vai criando outro território, de direitos, de aceitação a persona mulher e de resistência.

Além do mais, a pluralidade do gênero feminino levou o feminismo a pluralizar o próprio movimento, isso porque as necessidades de um grupo de mulher, pode não ser as mesmas de outro. A mulher branca, por exemplo, não sofre racismo, e não tem sua descendência marcada por um território de exploração escravagista. Ainda, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020) 38% da população brasileira que vive em condições de pobreza é representado pela mulher negra. Isso coloca a mulher negra em situação de desigualdades de um território que diferem das necessidades da mulher branca.

Ao entrevistar as estudantes sobre os motivos que as levaram a abandonar a escola, elas relataram fatos como: a) precisar trabalhar; b) a escola era muito longe e não havia transporte escolar; c) precisava cuidar dos irmãos menores e dos afazeres domésticos; d) por causa de gravidez ou o conjuge proibia frequentar a escola; e) não tinha interesse em estudar.

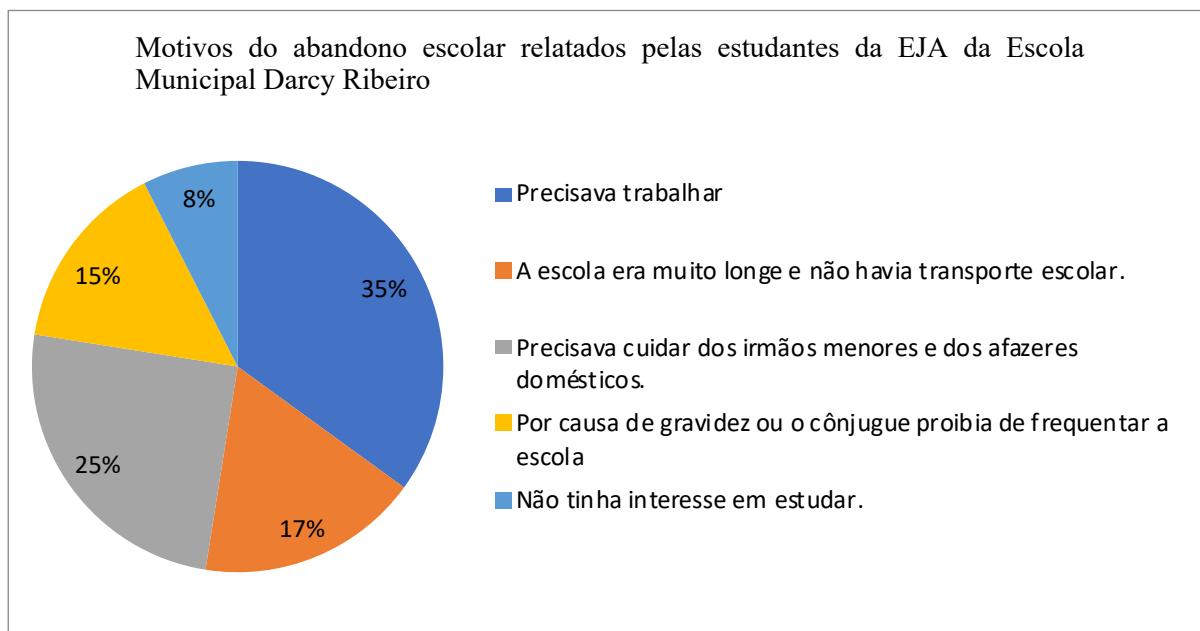


Figura 2 – Motivos de abandono escolar apontados pelas estudantes da EJA da Escola Municipal Darcy Ribeiro

Fonte: da própria autora – 2022.

Esses fatos são evidenciados nas falas das mulheres entrevistadas:

Eu estou com 79 anos hoje, sempre tive muita vontade de estudar. Primeiro a gente morava na roça e as coisas eram difíceis, depois me casei e logo engravidei, até que tinha escola perto de casa, mas como? Quem ia cuidar da casa e dos filhos, tive três filhos, eu não tinha com quem deixar, meu esposo trabalhava muito. E aí o tempo foi passando. (ESTUDANTE 32, 2022).

Outra entrevistada também pontuou que a necessidade de ajudar a mãe a cuidar dos irmãos foi o fator pelo qual ela abandonou a escola, concomitante a isso, percebe-se que a ausência de alguém que acompanhe a frequência e permanência dessa menina na escola é outro fator de relevância.

Eu achava que minha mãe não se importava com a gente estudar, hoje penso diferente. Minha mãe cuidava da gente sozinha, meu pai sumiu no mundo, ela trabalhava muito, saía de casa antes de amanhecer direito e só chegava de noite. Ela não tinha como ver se a gente estava indo para escola direito. Aí reprovei muitas e muitas vezes. Depois comecei a trabalhar, engravidei, casei e a escola ficou fora da minha vida.

Hoje me arrependo, se eu estivesse estudado minha vida estaria melhor, com certeza. (ESTUDANTE 28, 2022).

Quando meus pais me casaram eu tinha 13 anos, até hoje sofro com os traumas desse relacionamento. Eu era uma menina, brincava de boneca e fui obrigada a ter relações sexuais que me traumatizam até hoje aos 27 anos, parece que nunca vou esquecer... depois do casamento ele (o marido) me proibiu de ir à escola, chegou a me bater e me arrastar pelos cabelos de dentro da sala de aula, junto da professora e dos colegas. No período que fiquei casada com ele, eu abandonei a escola. (ESTUDANTE 5, 2022).

Observa-se que o território que a mulher da EJA ocupa é um espaço em que as condições de vida, pouco lhe oferece oportunidade para estudar. Durante a entrevista foi perguntado às mulheres sobre o grau de estudo dos familiares como os pais e irmãos, das quarenta mulheres entrevistadas, quatro registraram haver um ou mais parente do núcleo familiar que concluiu algum curso do ensino superior. A grande maioria se quer terminou o ensino fundamental e no intermediário, está uma parcela pequena que terminou o ensino médio. Nesse contexto está a intersecção entre raça, classe e gênero. Essas mulheres estão em um território de exclusão de classe e raça.

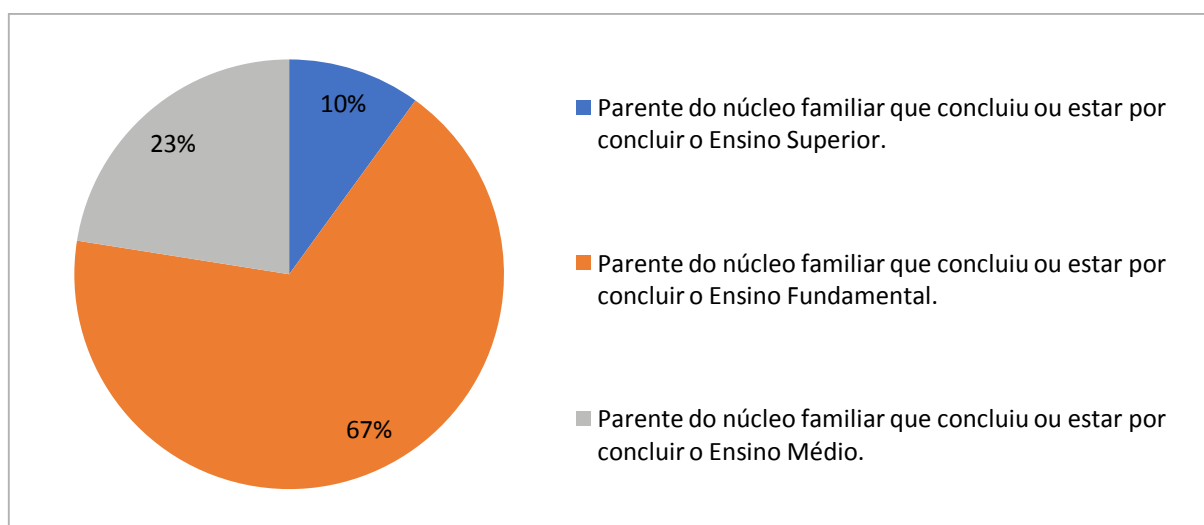


Figura 3 – Nível da escolaridade dos parentes do núcleo familiar das estudantes da EJA da Escola Municipal Darcy Ribeiro.

Fonte: da própria autora – 2022.

Como pode ser visto no gráfico 3, nesse universo que envolve a escolaridade no meio familiar, as mulheres negras estão em maior parte em um território fragilizado por não possuir um ambiente que ofereça estímulo através de seus familiares. O que pode ser um indicativo da perpetuação do problema. Essas mulheres estão inseridas em um território onde o poder de estudar é dado às classes brancas e imbuídas de ascensão econômica. O gráfico 4 reforça a mostra do território ocupado pela mulher negra.



Figura 4 – Pessoas em condições de pobreza no Brasil (%) por sexo, cor, ou raça.

Fonte: Agência IBGE. 2020 – Sínteses de Indicadores Sociais – 2020.

Fazendo um paralelo das análises de Gonzales (2020, p. 192 -194) ao analisar dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) (1976), no qual traz informações sobre o trabalho e escolaridade da mulher negra, percebe-se que, ainda hoje a mulher negra tem inúmeras desvantagens com relação aos homens e às mulheres brancas. Nas análises de Gonzalez (2020, p. 193), a força de trabalho feminino negro está concentrada no campo e nos postos de emprego com as menores remunerações. A autora chama a atenção para o fato de que as mulheres estudam mais que os homens, mas como docente, por exemplo, ela não consegue ocupar os espaços acadêmicos de nível superior na mesma proporção que os homens, ficando a mulher negra mais atrás ainda. Ela relata que a grande maioria das mulheres para na docência até o Ensino Médio. Território que parece ter sido socialmente construído para o gênero feminino, mas que vem sendo ocupado pelos homens.

Ao serem questionadas sobre o trabalho que exercem, das quarenta entrevistadas duas estudantes disseram que trabalham na área da segurança em boate, uma trabalha de balconista em uma padaria, uma trabalha como atendente de serviços gerais em uma clínica particular, cinco não trabalham e as outras trinta e uma disseram que trabalham com serviços domésticos. Isso reforça a mostra da lógica cruel de que o território da mulher negra é marcado pelas ocupações com menor remuneração, e que historicamente foram empurradas para um trabalho que envolve o cuidado de higiene e alimentação da família e do outro, ou seja, notoriamente ao território doméstico.

Márcia Tiburi (2018, p. 31) aponta que a mulher parou de estar sozinha nas questões abusivas quando surgem os movimentos feministas, mesmo quando esse era ainda uma utopia a ser perseguida por mulheres há séculos. Mesmo assim, a sociedade contemporânea ainda tem muito a fazer para desmontar territórios patriarcais que ainda resistem. Para Tiburi (2018, p. 40), o “contradispositivo” capaz de agir em desmonte desse patriarcado tem como ferramenta o fe-

minismo. Pode se dizer que esses movimentos compõe o que Santos vai chamar de “feixes de forças sociais convergentes em um lugar” (SANTOS, 1987, p. 7).

As estudantes entrevistadas declararam ter o sonho de seguir estudando, para, segundo elas, ter um futuro melhor e conseguir um trabalho com melhor remuneração. Elas relataram que ficar fora da escola foi um atraso e que se hoje não conseguem um emprego no qual ganhe mais, elas mesmas são as culpadas. Percebe-se que as mulheres atribuem a si o infortúnio de não terem frequentado a escola, mesmo aquelas, que sofrem com a violência do cônjuge, em algum grau, tendem a culpar-se. Quando perguntado que cursos gostariam de fazer quando puderem entrar numa faculdade, os cursos mais citados foram: enfermagem, psicologia, medicina veterinária, administração, estética e assistente social.

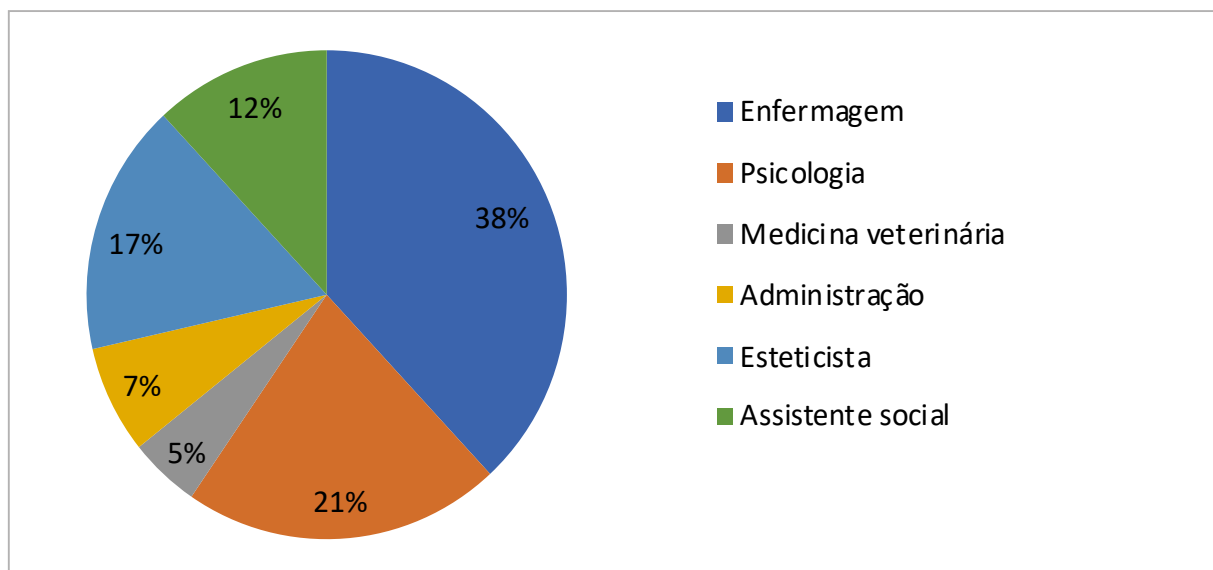


Figura 5 – Que curso você fará quando tiver a oportunidade de entrar em uma faculdade?

Fonte: da própria autora – 2022.

Nos depoimentos de algumas delas podemos entender melhor as suas opções, suas aspirações ao direito de continuar estudando:

Quero fazer psicologia, porque acho que eu sou boa em aconselhar, estou com 46 anos, lá na igreja eu converso muito com o grupo de jovens e com o grupo de casais. Eu gosto de conversar e ajudar as pessoas em seus problemas, todos dizem que quando conversam comigo fica mais fácil de encarar e resolver os problemas. (ESTUDANTE 17, 2022).

Antes de você me fazer essa pergunta eu não tinha pensado em fazer uma faculdade... mas... pensando bem eu quero fazer medicina veterinária, acho que sempre quis, mas só tive certeza agora depois que você me perguntou. Eu gosto muito dos bichinhos, tenho dó deles abandonados, eu queria poder cuidar deles, dar remédios, acho que também queria fazer parte de uma ONG para tirar os animais das ruas. (ESTUDANTE 2, 2022).

Cabe aqui, refletir sobre as indicações de curso feitas pelas mulheres entrevistadas. A grande maioria delas, escolheu cursos que lidam diretamente com o cuidar do outro. Isso provocou outra inquietação: Por que essas mulheres indicaram querer uma profissão na qual o trabalho é cuidar ou ajudar diretamente outras pessoas, como enfermagem, assistente social e psicologia? Por que essas mulheres não pensam em ocupar territórios de trabalho com profissões que não lidam diretamente com cuidar do outro? Como economista, programador de TI, cientista, etc.? Que “combinações de forças” (Santos, 1978, p. 112) disputam esse território?

Obviamente esse artigo não tem o propósito de responder essas indagações, porém ressalta a necessidade da ampliação desse diálogo e de outras pesquisas sobre tais questões.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate de território e gênero se faz cada dia mais necessário nos espaços acadêmicos e instituições sociais, como forma de ampliação desse debate no discurso de igualdade e equidade entre os gêneros, com observância constante em possibilitar a todos os gêneros o direito à educação.

Nesse contexto, no decorrer desse estudo, foi possível constatar que o território que a mulher negra estudante da EJA, da Escola Municipal Darcy Ribeiro, ocupa é marcado pela pobreza e negligências de ordem social. Foi possível detectar que a maior parte dessas mulheres veio do meio rural, teve pouca convivência com pessoas, em seu núcleo familiar, que concluíram a educação básica.

Diante dos dados, foi possível constatar que elas deixaram de estudar, sucumbidas, por relações de poder marcadas por raça, gênero e classe, expressadas materialmente em situações como: a) Ausência de estímulo familiar para estudar; b) Necessidade de trabalhar ou cuidar dos irmãos; c) Casamento e, ou gravidez. Essas relações de poder descrevem nitidamente, o território marcado pelo poder do patriarcado branco e racista e de origem escravocrata.

Mesmo diante de tantos desafios enfrentados pelas estudantes negras da EJA, elas não desistiram de estudar. Através de seus relatos, foi possível identificar que elas foram levadas a creditar a culpa em si mesmas por terem ficado fora da escola. No entanto, elas acreditam que a escolaridade é o meio pelo qual têm chance de conquistarem melhores condições de vida.

Percebeu-se também, que faltam para essas estudantes políticas públicas, afim de, ajudar a minimizar e, ou resolver os problemas sociais e educacionais nos quais essas mulheres se encontram. Ainda é preciso desconstruir na sociedade algumas concepções, construídas socialmente ao longo de séculos ao que se constitui ser “mulher”. É preciso políticas que amplie discussões sobre os problemas estruturais ligados ao gênero, classe e raça minimizando as tensões ligadas ao território da mulher, reafirmando esse como sendo um problema de todos.

É preciso seguir com as desconstruções de territórios marcados pelo esquecimento dos direitos das mulheres, com ações concretas, para tirar a mulher negra estudante da EJA do território da negligência que ela se encontra.

Por fim, nessa pesquisa identificamos que esse gênero, foi socialmente construído para ser “ajudadora” de todos. Na infância ajuda a cuidar dos irmãos e dos afazeres de casa, na adolescência tem filhos para cuidar e vai trabalhar. Episódios quase que inevitáveis, dadas as circunstâncias sociais em que vivem. Episódios esses que têm origens na sociedade escravocrata, em que, as mulheres negras em um território branco e patriarcal tinha o dever de cuidar de toda família dos senhores de escravos.

Acreditamos que é de suma relevância os diversos diálogos e reflexões sobre o tema, pois ajudam a fomentar possibilidades reais de transformação do território ocupado pela mulher negra estudante da EJA.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Agência IBGE**, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas> . Acesso em 10/10/2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Leinº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 15 de ago. 2022.

FLORESTA, Nísia. **Coleção Educadores**. Constância Lima Duarte (org.), Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangarana, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Ed. Paze Terra, 33ª ed. RJ. 2002, pg. 16.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. pg. 111.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. 1ª ed. Rio de Janeiro, ed. Zahar, 2020, RJ. pg. 158 – 193.

GORIN, Michelle Christo-fetal. **O estatuto contemporâneo da parentalidade**. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto, 2015.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades) In: ARAUJO, F. G. B. HAESBAERT, R. (Org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acesso, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: PRIORE, Mary Del. (org.). **A História das Mulheres no Brasil**. Ed. Contexto/Unesp. 2002, SP. pg. 446.

NOSSA CAUSA. **Conquista do feminismo no Brasil**. Disponível em:- https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/?gclid=CjwKCAjw2OiaBhBSEiwAh2ZSP9CCbQQHyk6arum9JHhy2TjWxjhH-8mFGuyswbuUJGZP1QGrGa1BoCnO8QAvD_BwE - Acesso em: 12/08/2022.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Ed. Contexto, SP. 2006, pg. 17.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel. pg. 112.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Inácia Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊIA, Roberto Lobato. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª ed. Ed. Bertrad Brasil, RJ. 2000, pg. 71-99.

TELLES, Norma. **Escritoras, Escritas, Escrituras**. In: PRIORE, Mary Del. (org.). **A História das Mulheres no Brasil**. Ed. Contexto/Unesp. 2002, SP. pg. 403.

TIBURI, Márcia. **Feminismos em Comum: para todas, todes e todos**. Ed. Rosados Tempos, 1ª Ed. RJ, 2018, pg. 54.

XAVIER, Giovana. **Você Pode Substituir Mulheres Negras como Objeto de Estudo Por Mulheres Negras Contando sua História**. Ed. Malê, RJ. 2019, pg. 69.